



O Grupo do Rio representa o mais importante foro político da América Latina

# Frágil consenso

*Os acordos sobre comércio, transferência de tecnologia, direitos humanos e a defesa da democracia, obtidos na reunião presidencial, não impediram que ficassem em evidência as divergências que existem em temas como Cuba e Haiti*

**Marcelo Montenegro**

**N**o momento em que ocorriam as deliberações da VIII Reunião de Cúpula do Grupo do Rio, em 10 de setembro passado, no Rio de Janeiro, as agências internacionais noticiavam a intensificação das manobras militares norte-americanas no Caribe para uma iminente invasão ao Haiti. Um fato que colocava em evidência a fragilidade do consenso obtido no Grupo do Rio, no aspecto político da reunião.

Foram unânimes e fáceis de serem logrados os acordos em matéria de liberalização do comércio regional, cooperação científica e transferência de tecnologia. A promoção dos regimes democráticos de governo e a necessidade de aprofundar o desenvolvimento econômico e social da América Latina foram também tópicos cuja inclusão no documento final não ofereceu maiores dificuldades.

Mas a invocação dos princípios de não-intervenção nos assuntos internos de cada país e de *autodeterminação dos povos*, ambos incluídos no documento

final, denominado "Declaração do Rio", soou a retórica. Principalmente pelos acontecimentos que se sucederam depois da reunião.

A presença dos funcionários do governo norte-americano, Alexander Watson, secretário de Estado Adjunto para Assuntos Interamericanos, e Ted McNamara, secretário Adjunto para Assuntos Político-Militares, não prevista na agenda original, foi o aviso de que haveria um pedido explícito dos Estados Unidos à reunião para que se pronunciasse sobre os temas de Cuba e Haiti. Mais que explícita, a mensagem norte-americana foi "de uma total transparência", segundo disse um diplomata presente nas deliberações a portas fechadas.

Os norte-americanos revelaram que tinham tudo preparado para invadir o Haiti e pediram um pronunciamento favorável do principal foro político latino-americano e do Caribe. *Time is finished* ("O tempo se esgotou"), teria advertido McNamara.

Segundo essa e outras fontes coincidentes, os discursos de ambos os secre-





GRUPO DO RIO



Clinton e Aristide: "A democracia deve ser restaurada"

tários de Estado norte-americanos na Reunião de Cúpula do Rio, somados aos telefonemas do presidente Bill Clinton para vários dos líderes presentes, foram decisivos para romper a primeira frente de países que estava sendo construída às vésperas do encontro. Chile, Argentina e Brasil haviam tentado aproximar-se, antes da reunião, para unificar algumas posições em relação ao Haiti e chegar a um documento preliminar que seria apresentado aos demais países.

No entanto, devido à decisão de Washington de efetuar a invasão, Uru-

guai, Venezuela, México e Colômbia adotaram uma ostensiva posição contrária e que logo depois teve a adesão do Brasil. O argumento decisivo foi dado pela Venezuela: "Amanhã usam como pretexto o meio ambiente e invadem a Amazônia."

A posição da Argentina, a mesma de Trinidad-Tobago, de apoiar a invasão norte-americana no contexto da Resolução 940 da ONU, indicou a existência

de uma percepção oposta à maioria dos países do Grupo do Rio. Esta percepção diferente foi também extensiva ao caso de Cuba.

## Declaração do Grupo do Rio sobre a situação no Haiti

**1** Os chefes de Estado e de Governo, reunidos na VIII Reunião de Cúpula do Grupo do Rio, expressam sua inequívoca solidariedade com o povo haitiano neste momento de grande sofrimento e renovam seu firme compromisso na busca de uma solução duradoura – de acordo com os princípios das Cartas das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos – para a crise naquele país.

**2** Manifestam sua enérgica condenação e rejeição à obcecada e intransigente atitude daqueles que ostentam ilegítimamente

o poder no Haiti, e lhes formulam um veemente apelo no sentido de que restituam imediatamente a autoridade aos governantes legítimos e democraticamente eleitos, segundo a vontade da comunidade internacional várias vezes manifestada.

**3** Os chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio estão convencidos de que a aceitação deste apelo evitará situações mais graves e permitirá, com o esforço e compromisso do Hemisfério, cooperar para a restauração das instituições democráticas dessa Nação Irmã.

**4** Os chefes de Estado e de Governo esperam que se chegue a uma solução pacífica desta crise.

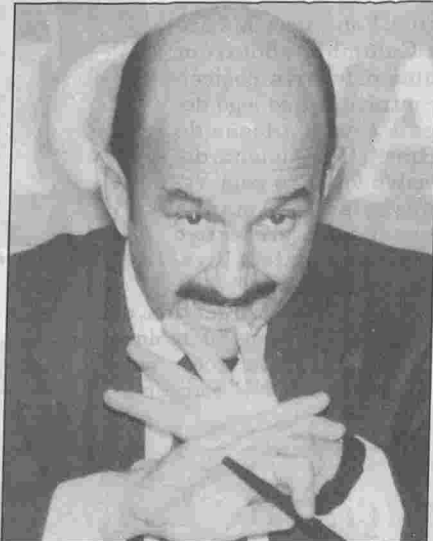


As manobras dos marines no Caribe foram o sinal de que a invasão era iminente





GRUPO DO RIO



*Itamar Franco e Salinas de Gortari: posições coincidentes em diversas questões*

Sobre o Haiti, o chanceler argentino Guido Di Tella disse que seu governo já havia manifestado sua posição no Conselho de Segurança, quando votou a Resolução 940, que apoiou o envio de tropas a Porto Príncipe. "Acreditamos que todas as alternativas têm que se utilizadas, inclusive as mais complexas. E pensamos que sempre que se abra o leque de alternativas, incluindo a intervenção militar, pode evitar-se que isso ocorra."

Referindo-se ao caso cubano, Di Tella declarou: "Têm que ser democráticos e introduzir reformas econômicas mínimas. Se não fizerem, não vão entrar (à comunidade americana de nações). E se não fizerem isso vai ser péssimo para eles."

A posição Argentina em relação a Cuba foi definida por Di Tella como "franca". "Colocar as coisas claramente às vezes ajuda", disse, diferenciando-se "daqueles que aparentemente são amigos porque emitem declarações ambíguas".

Em matéria econômica, segundo o ministro argentino, "Cuba deve entender que dois mais dois são quatro, menos um três. Quero dizer que devem admitir-se regras elementares do mercado, como a de que os bens escassos são mais valiosos do que aqueles que são mais abundantes".

Em relação ao pouco apoio que tiveram essas posições da Argentina dentro do Grupo do Rio, uma fonte diplomática

disse que, em alguns momentos, "dava a impressão de que os problemas não eram nem Haiti nem Cuba, mas sim a Argentina, que a todo o momento ameaçava retirar sua delegação da reunião". O mesmo diplomata comentou que "a ameaça não se concretizava, mas servia para arrancar mais concessões".

**Estender as mãos a Cuba**—O Brasil, quase sempre com posições opostas à da Argentina, ratificou sua proposta de manter uma "política de amigos" no caso cubano. No discurso de boas-vindas aos seus colegas, o presidente Itamar Franco disse que o governo brasileiro via com preocupação o recrudescimento das tensões nas relações entre Cuba e Estados Unidos. "Temos a esperança de que estas dificuldades possam se resolver através do diálogo. O Grupo do Rio saberá contribuir, com amizade e sentido construtivo, para a gradual reinserção de Cuba à convivência regional", afirmou.

O presidente brasileiro se distanciou da posição argentina que exigia mais e maiores mudanças na política interna cubana. Itamar afirmou que "o progresso das reformas econômicas e o avanço da abertura política são de exclusiva responsabilidade do povo de Cuba". E acrescentou que o processo deveria ser apoiado por uma "política de mãos estendidas". "Não ganharemos nada se continuarmos com o isolamento político e econômico daquele país", concluiu.

Por sua parte, o presidente Carlos Menem, ao retirar-se da reunião, insistiu, em declarações à TV brasileira, em sua posição original. Disse que estava satisfeito com os acordos logrados, mas reiterou que o embargo norte-americano devia ser levantado somente depois da democratização do regime político cubano.

Ao chefe da diplomacia uruguaia, chanceler Sergio Abreu, se atribuiu o fato de ter salvo o acordo sobre Cuba na madrugada de sábado, dia 9, na volta do banquete no Palácio Itamaraty. Abreu teria impedido o virtual rompimento da delegação da Argentina, por um lado, e México e Brasil, por outro. Estes dois últimos países defendiam posições mais favoráveis à não-intervenção nas questões internas da ilha.

A solução apresentada por Abreu foi desvincular o texto que fazia referência

## Declaração do G

**1** Os chefes de Estado e de Governo, reunidos na VIII Reunião de Cúpula do Grupo do Rio, depois de examinar a situação atual na República de Cuba e expressar sua preocupação pelos riscos que implica uma evolução indesejável da crise cubana.

**2** Tendo presentes os princípios de não-intervenção e de autodeterminação, consideram que para evitar um maior sofrimento do povo ir mão, é indispensável uma transição pacífica para um regime democrático e pluralista em Cuba, que respeite os direitos humanos e a liberdade de opinião, de acordo com a vontade popular.

**3** Os chefes de Estado e de Governo consideram que, neste momento crítico, podem e devem encaminhar um diálogo construtivo com Cuba, que contribua para o processo interno de democratização do país irmão. Aspiram dessa forma a





GRUPO DO RIO



Guido Di Tella: "Colocar as coisas claramente (no caso de Cuba) às vezes ajuda"

ao levantamento do embargo do trecho que falava da necessidade de aprofundar as reformas democráticas e econômicas em Cuba. Assim, o levantamento do embargo ficou como um item separado, no parágrafo 4 da declaração (ver quadro).

No caso do Haiti, existem divergências notórias entre os que assinaram a declaração, mas ao final todos acatarem a resolução que foi votada no Conselho de Segurança da ONU, que inclui a opção militar para a retirada da junta que usurpou o poder em Porto Príncipe. Embora muitos países se neguem a apoiar a ação militar, reconhecem este instrumento como um acordo votado no mais importante organismo de segurança mundial.

Os chefes de Estado e de Governo manifestaram sua enérgica condenação à atitude daqueles que ocupam ilegalmente o poder no Haiti. "Os chefes

de Estado e de Governo desejam que se chegue a uma solução pacífica em relação a esta crise", assinala a declaração.

Observações de diplomatas uruguaios, enfatizando o caráter não-intervencionista da "Declaração sobre a situação no Haiti" (ver quadro), chamaram a atenção para a menção "dos princípios da (...) Carta da Organização de Estados Americanos (OEA)", o que indiretamente alude à não-intervenção e autodeterminação dos povos.

O presidente uruguaio Luis Alberto Lacalle, expressando uma idéia comum a vários de seus colegas presentes, afirmou que a invasão militar ao Haiti, por forças multinacionais dirigidas pelos Estados Unidos, poria um claro limite à agenda da Cúpula de Miami, convocada para dezembro pelo presidente Bill Clinton. Lacalle disse que a invasão inibe o tratamento de questões políticas nessa reunião, restringindo-se as discussões aos temas de comércio e economia.

A afirmação do subsecretário de Estado para Assuntos Político-Militares, Ted McNamara, de que "uma ação militar seria uma boa forma de mostrar a consolidação de um sistema de defesa americano", arrepiou muitos dos líderes latino-americanos presentes. Eles temem que possam ocorrer no futuro novas intervenções por outros motivos.

**Mais divergências** - O tema do Conselho de Segurança foi um último ponto de discórdia entre Argentina e Brasil. Enquanto o governo brasileiro anunciou que defenderá "a democratização do Conselho de Segurança da ONU" e se postulará para ocupar uma cadeira entre os membros permanentes desse organismo, Buenos Aires evita o uso do termo "democratização" e preferir dar ênfase aos aspectos operacionais.

Os argentinos, ao mesmo tempo, não escondem que reivindicarão um lu-

gar permanente no principal organismo de segurança mundial. "Pensamos que o Conselho de Segurança reflete uma posição de acordo com a situação geopolítica do mundo nos anos 40", disse o chanceler argentino ao comentar o assunto. "Desde então, passamos de 50 países para 190", acrescentou. "Alguns que eram secundários passaram a ser centrais e outros, totalmente marginais como Japão, agora estão entre os mais importantes do mundo", observou.

Na sua opinião, "o Conselho de Segurança deve adequar-se a estas novas realidades e a América Latina, como zona emergente, deve incrementar sua participação". Mas enfatizou: "Tudo deve ser feito harmoniosamente, porque se aumentamos o Conselho de Segurança para 40 membros, ele deixa de funcionar. A pergunta deve ser se o Conselho é mais idôneo por sua representatividade ou não", concluiu Guido Di Tella.

Comentando essa posição, o chefe da diplomacia brasileira, embaixador Celso Amorim, disse que o Brasil apoiaria a Argentina em sua postulação a uma vaga como membro permanente do Conselho de Segurança, se por sua vez esta declarasse seu voto a favor do Brasil. "Se há dois lugares, entram os dois; caso contrário entrará o que tenha mais possibilidades. (...) O que é inconcebível é que um país como a Argentina, ligado ao Brasil por laços de amizade e de integração, apóie outros aspirantes", afirmou Amorim, em alusão ao apoio que a Argentina declarou à candidatura do Japão. ■

1 Os quatro documentos aprovados na VIII Reunião de Cúpula Presidencial do Grupo do Rio foram: Declaração do Rio; a Declaração sobre a situação no Haiti; a Declaração sobre a situação em Cuba; e assinada só por Bolívia, Colômbia e Peru, a Declaração sobre o combate ao narcotráfico

## do Rio sobre Cuba

uma maior aproximação de Cuba com os países latino-americanos e caribenhos, assim como à sua plena reincorporação à convivência hemisférica.

**4** Neste contexto, reiteram a necessidade de que se levante o embargo a Cuba.

**5** Assinalam, por outro lado, a importância que atribuem à decisão do governo de Cuba de convidar o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos a que visite em breve este país, assim como sua decisão de aderir ao Tratado de Trateloico.

**6** Consideram que as negociações diretas entre os Estados Unidos da América e Cuba constituem um fato auspicioso; os resultados que já se anunciam dessas conversações confirmam a necessidade de prosseguir o diálogo.